

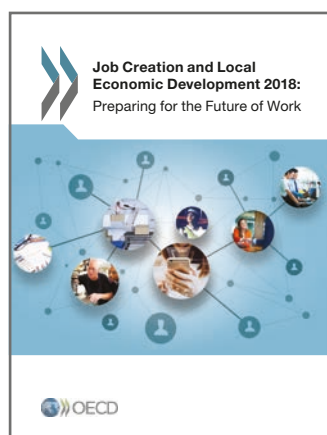


Acerca da OCDE

A OCDE é um fórum único, onde os governos trabalham em conjunto para enfrentar os desafios económicos, sociais e ambientais da globalização. A OCDE também está na vanguarda dos esforços para compreender e ajudar os governos a responder a novos desenvolvimentos e preocupações, tais como a governação das sociedades, a economia da informação e os desafios do envelhecimento da população. A Organização oferece um espaço no qual os governos podem comparar experiências sobre políticas desenvolvidas, procurar respostas para problemas comuns, identificar boas práticas e contribuir para coordenar as políticas nacionais e internacionais.

Acerca desta brochura

A presente brochura contém os destaques do relatório de 2018, intitulado *Job Creation and Local Economic Development* (Criação de Emprego e Desenvolvimento Económico Local). Esta terceira publicação da série tem por objeto a preparação para o futuro do trabalho e analisa o impacto do progresso tecnológico nos mercados de trabalho regionais e locais. Recorre a novos dados para estudar a distribuição geográfica do risco de automatização e avaliar se a perda de postos de trabalho devido à automatização é compensada pela criação de postos de trabalho com menor risco de automatização. O relatório também analisa o aumento do trabalho atípico e destaca os principais determinantes regionais do trabalho temporário e por conta própria. Por último, pondera os fatores determinantes da produtividade e da inclusão nos mercados de trabalho regionais e locais, assim como as políticas que visam promover uma maior inclusão dos grupos vulneráveis no mercado de trabalho.



A publicação completa está disponível em

**OECD (2018), *Job Creation and Local Economic Development 2018: Preparing for the Future of Work*,
OECD Publishing, Paris,
<https://doi.org/10.1787/9789264305342-en>.**

Saiba mais sobre o trabalho da OCDE na área do
desenvolvimento económico e criação de emprego a nível local em
www.oecd.org/cfe/leed/

© OCDE 2018

Este documento foi publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta publicação não refletem necessariamente o ponto de vista oficial dos países membros da OCDE. O presente documento, bem como qualquer mapa nele incluído, não afetam o estatuto ou a soberania sobre qualquer território, a delimitação de fronteiras e limites internacionais nem a designação de qualquer território, cidade ou região.

A geografia é importante para o futuro do trabalho

A automatização das tarefas de trabalho é uma tendência observada ao longo dos séculos, que tem estimulado a produtividade e criado novos postos de trabalho, proporcionando emprego e contribuindo para a melhoria das condições de vida.

Contudo, o progresso tecnológico também ameaça os modelos de negócio estabelecidos e pode levar à perda de postos de trabalho, uma vez que permite a automatização de tarefas que anteriormente eram executadas por pessoas. Os efeitos da automatização em termos de poupança de mão de obra podem ser imediatos, ao passo que a criação de postos de trabalho demora, geralmente, mais tempo. Além disso, os perfis de competências dos trabalhadores que perderam o emprego devido à automatização normalmente não coincidem com os perfis exigidos para os novos postos de trabalho criados.

Assim sendo, a automatização pode conduzir ao aumento temporário, mas eventualmente prolongado, do desemprego. A evolução da procura de trabalhadores

com competências específicas afeta os níveis salariais, gerando ganhos ou perdas permanentes para alguns grupos de trabalhadores.

A automatização e a digitalização traduzem-se, assim, na polarização do emprego. Ao longo das últimas duas décadas, a percentagem da população ativa com emprego nos escalões salariais médios e com níveis de qualificação médios tem vindo a baixar nos países da OCDE, em média 9,5 pontos percentuais no período 1995-2015. Em contrapartida, a percentagem de trabalhadores que realizam tarefas não rotineiras no total do emprego aumentou 7,6 pontos percentuais. Geralmente, trata-se de empregos ou altamente qualificados (p. ex., cargos de gestão) ou pouco qualificados (p. ex., serviços de cuidados pessoais). Isso significa que o emprego em ambos os extremos da escala de qualificações profissionais aumentou, ao passo que diminuiu no nível intermédio.



As diferenças regionais no emprego estão a aumentar

Cada vez mais, o emprego está concentrado num menor número de regiões. No período 2006-16, em 15 dos 27 países da OCDE que registaram uma criação líquida de emprego, mais de 30% dos postos de trabalho líquidos foram criados na região da capital. No Japão, por exemplo, a criação líquida de emprego positiva (diferença entre os postos de trabalho criados e perdidos) concentra-se integralmente na região de Tóquio (Figura 1).

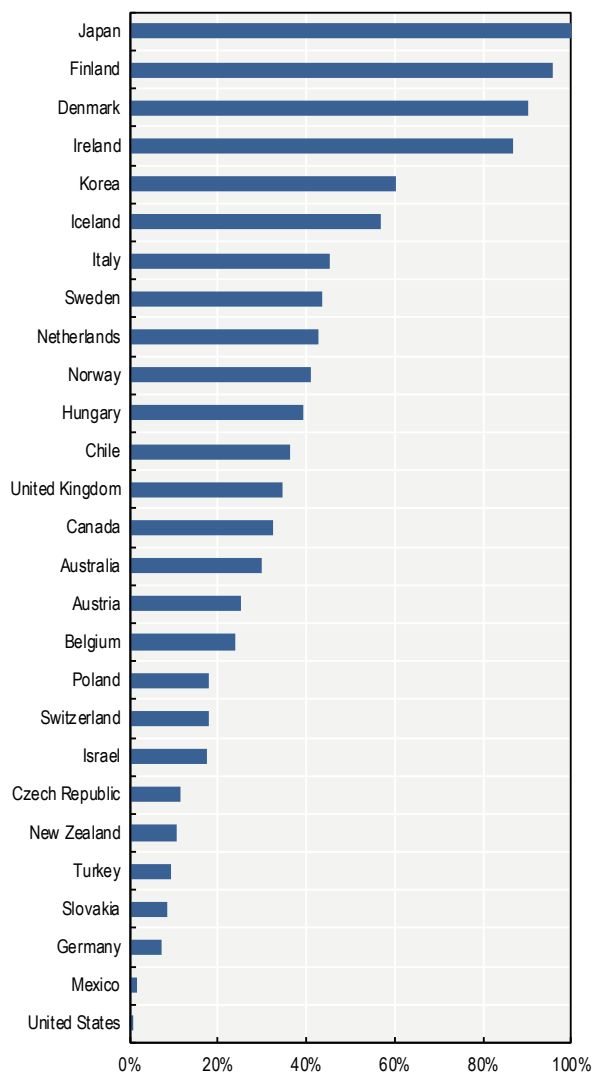
Embora as taxas de desemprego nacionais tenham, de um modo geral, regressado aos níveis anteriores à crise, continuam a existir grandes diferenças entre as regiões de cada país. As disparidades regionais são mais acentuadas na Turquia, Itália, Espanha e Grécia, onde as taxas de desemprego das regiões com melhor e pior desempenho variam cerca de 20 pontos percentuais. Noutros países, as disparidades regionais são menores, mas ainda assim situam-se na ordem dos 5-10 pontos percentuais. Embora as variações tendam a ser mais amplas nos países grandes, nem sempre isso acontece. O Japão é o segundo maior país da OCDE em termos de população e, no entanto, tem das mais baixas diferenças regionais nas taxas de desemprego.

Os trabalhadores qualificados concentram-se cada vez mais em regiões específicas. No que diz respeito à percentagem de trabalhadores com habilitações superiores, no período 2006-16, a diferença entre regiões aumentou em 20 dos 24 países da OCDE para os quais existem dados disponíveis.

As tendências demográficas, tais como o envelhecimento da população e a migração, contribuem para as disparidades regionais na distribuição da população ativa. Enquanto alguns países têm uma população envelhecida em todas as regiões, ao nível da OCDE como um todo registou-se um decréscimo da população ativa em mais de metade das regiões entre 2010 e 2017. O êxodo dos trabalhadores em idade ativa tende a afetar sobretudo as regiões rurais. Os fluxos migratórios para as regiões urbanas são especialmente notórios entre os jovens dos 15 aos 29 anos.

Figura 1. A criação de emprego concentra-se sobretudo na região da capital

Percentagem de postos de trabalho líquidos criados na região da capital em relação ao total de postos de trabalho criados, regiões TL2, 2006-2016 (%).

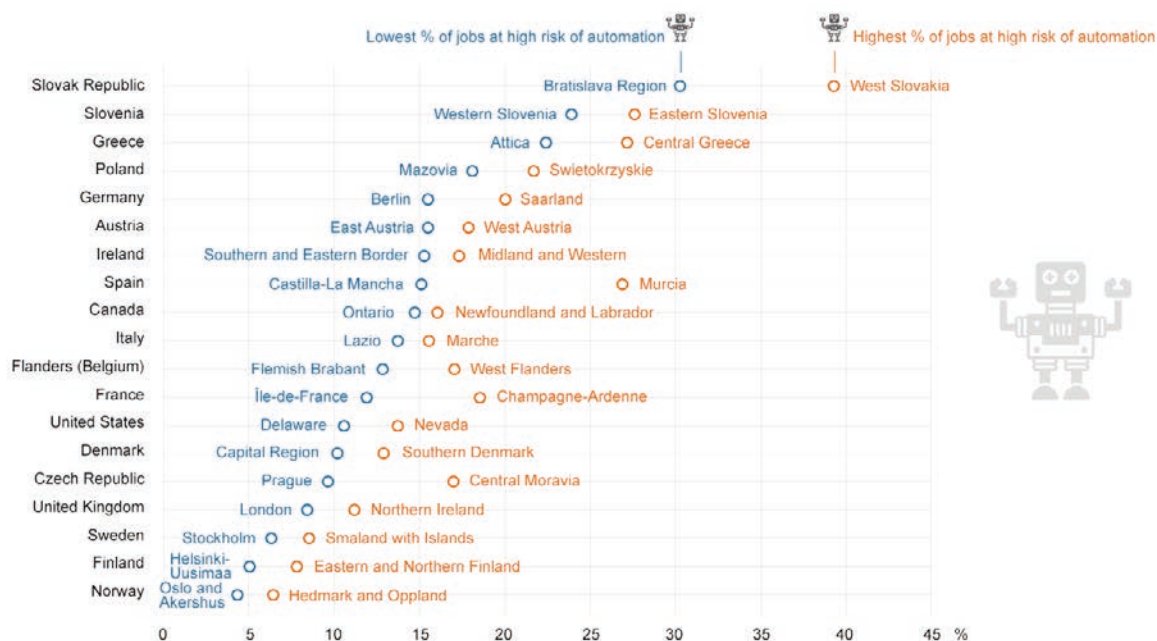


Nota: Em Portugal, Espanha e na Eslovénia, a região da capital perdeu postos de trabalho no período 2006-2016. Por motivos de disponibilidade de dados, os valores referentes ao Chile, Israel e México só abrangem o período 2006-2014.

Fonte: Cálculos baseados em OECD (2018), OECD Regional Statistics (base de dados), <http://dx.doi.org/10.1787/region-data-en>.

Figura 2. Percentagem de postos de trabalho com elevado risco de automatização nas regiões da OCDE

Percentagem de postos de trabalho com elevado risco de automatização, regiões com melhor e pior desempenho, 2016.



Note: Regiões TL2 da OCDE numa seleção de países da OCDE. O elevado risco de automatização refere-se a postos de trabalho cujo risco de serem automatizados é superior a 70%.

Source: Cálculos da OCDE baseados em inquéritos às forças de trabalho.

O impacto da automatização no emprego varia consoante as regiões e comunidades locais

Segundo estimativas da OCDE, em termos globais, 14% de todos os postos de trabalho nos países da OCDE apresentam um elevado risco de automatização – ou seja, a probabilidade de automatização é superior a 70%. Outros 32% dos postos de trabalho correm, ainda assim, um risco de automatização significativo (p. ex., um risco de 50 a 70%, que indica que uma boa parte das tarefas será automatizada, implicando alterações profundas na organização destes postos de trabalho).

O risco de perda de emprego devido à automatização varia bastante entre regiões e comunidades locais. Nos 21 países da OCDE, a percentagem de profissões com elevado risco de automatização apresenta uma diferença

entre regiões superior a nove vezes. Por exemplo, a quota-parte desses postos de trabalho em algumas regiões atinge quase 40% (Eslováquia Ocidental), enquanto noutras não passa dos 4% (região de Oslo e Akershus, na Noruega).

No que se refere aos postos de trabalho com elevado risco de automatização, a variação dentro do mesmo país pode apresentar uma diferença de vários pontos percentuais entre regiões. A disparidade entre as regiões com maior e menor risco pode ser de apenas 1 ponto percentual, como no Canadá, ou atingir 12 pontos percentuais, como em Espanha. Se reduzirmos a escala territorial, é provável que a diferença entre comunidades seja ainda maior.





Com a automização, perdem-se postos de trabalho, mas muitos outros são criados

Nas profissões que apresentam um elevado risco de automatização verifica-se uma perda de postos de trabalho. Ao longo do período 2011-16, a maioria das regiões (cerca de 80% das regiões nos 21 países da amostra considerada) registou uma diminuição dos postos de trabalho em profissões com elevado risco de automatização, tais como assistentes de preparação de alimentos, motoristas e operadores de máquinas.

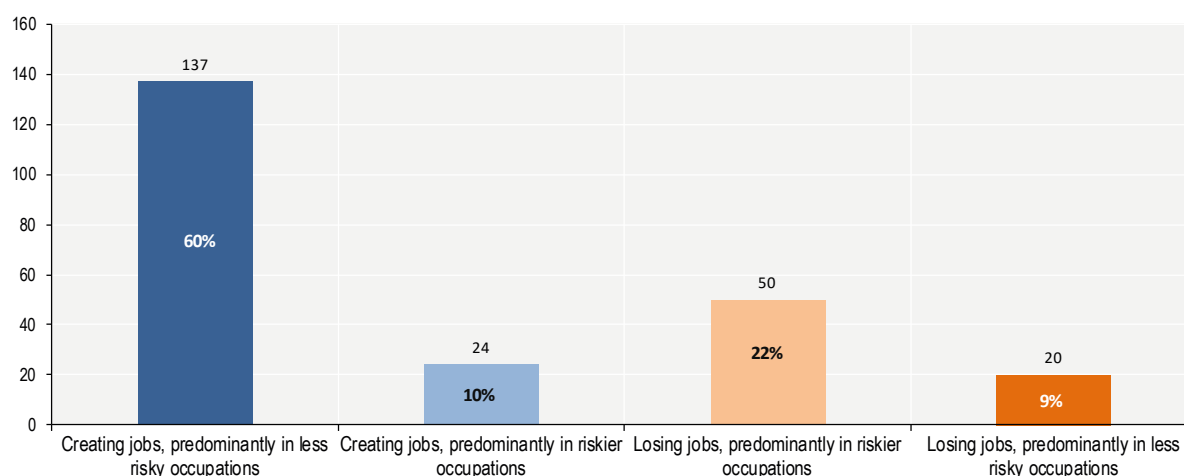
A boa notícia é que também são criados novos postos de trabalho. Em cerca de 60% das regiões da OCDE com dados disponíveis (que representam aproximadamente a mesma percentagem de população), o decréscimo de postos de trabalho em profissões com elevado risco de automatização foi compensado por um aumento maior na proporção de postos de trabalho com baixo risco de automatização, tais como quadros dirigentes e profissionais de ensino.

Outros 10% das regiões conseguiram, inclusivamente, criar mais postos de trabalho do que aqueles que se perderam. Contudo, os postos de trabalho que criaram são suscetíveis de virem a ser automatizados no futuro, o que não é um bom presságio.

Em cerca de 30% das regiões, o número de postos de trabalho perdidos supera os que foram criados durante o período em análise. Não obstante, na maioria dessas regiões, os postos de trabalho perdidos estavam sujeitos ao risco de automatização, o que sugere uma transição para uma economia mais digital com emprego menos suscetível de automatização. No outro extremo da escala, algumas regiões (quase uma em cada 10 regiões da OCDE) não só perderam postos de trabalho, como também os perderam em setores com menor risco de automatização. Esse é um indicador de que a economia dessas regiões está a tornar-se mais frágil para enfrentar choques futuros.

Figura 3. Algumas regiões têm menos dificuldades do que outras na transição para empregos com menor risco de automatização

Número de regiões TL2 por categorias baseadas na variação líquida de emprego e no perfil de automatização dos postos de trabalho, 2011-2016.



Nota: A altura de cada barra indica o número de regiões incluídas nessa categoria específica. As regiões são classificadas de acordo com dois critérios: se a economia regional está a aumentar o emprego (barras azul escura e azul-clara); e se a percentagem de postos de trabalho com baixo risco de automatização está a aumentar (barras azul-escura e laranja-clara).

Source: Cálculos da OCDE baseados em inquéritos às forças de trabalho.

Certos tipos de regiões enfrentam um maior risco de automatização

A concentração de certos tipos de postos de trabalho com elevado ou baixo risco de automatização em zonas diferentes pode contribuir para uma clivagem regional. Além disso, o maior ou menor risco de automatização pode estar associado a outras características, tais como níveis de escolaridade mais baixos, uma economia mais rural e um setor de bens transacionáveis relativamente fraco.

As regiões com maior percentagem de trabalhadores pouco qualificados serão mais afetadas pela crescente automatização. Salvo algumas exceções, o risco de automatização diminui à medida que aumenta o nível de habilitações exigido para o emprego em questão. A análise demonstra que as regiões com mão de obra menos qualificada apresentam uma maior percentagem de postos de trabalho em risco de automatização.

As economias rurais, onde apenas uma reduzida parte da população vive em zonas urbanas, estão particularmente sujeitas ao risco de automatização, uma vez que apresentam uma menor taxa de emprego no setor dos serviços, o qual é menos suscetível de ser

automatizado. Além disso, nas pequenas cidades e zonas rurais é mais provável haver uma forte dependência de um escasso número de empregadores ou de um único setor de atividade. Embora essa dependência, por si só, não aumente necessariamente o risco de automatização, dificulta a absorção de trabalhadores dispensados no caso de uma automatização em grande escala levada a cabo por um dos empregadores.

Os postos de trabalho no setor de bens transacionáveis também correm um elevado risco de automatização, sobretudo na agricultura e na indústria transformadora. Os serviços transacionáveis são uma subcategoria menos exposta à automatização. Contudo, os estudos também revelam que um setor de bens transacionáveis dinâmico é um dos principais fatores que contribui para que as regiões com desempenho inferior à média de um país consigam recuperar o crescimento da produtividade. Com efeito, o potencial de maior crescimento da produtividade no setor dos bens transacionáveis resulta das maiores oportunidades de automatização.

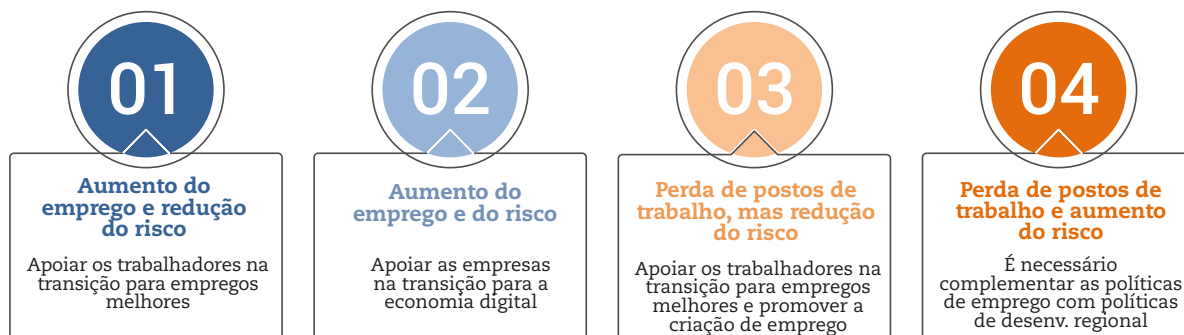
O que podem fazer os decisores políticos para preparar as suas regiões?

A busca pelo aumento da produtividade pode expor as economias regionais a maiores riscos de automatização. Esse parece ser sobretudo o caso dos setores de bens transacionáveis que, sendo um motor importante da produtividade regional, abrangem mais postos de trabalho com maior risco de automatização do que os

setores de bens não transacionáveis.

Uma taxa de criação de emprego mais elevada no curto e médio prazo pode estar associada a uma maior exposição aos riscos de automatização no futuro, dependendo do tipo de postos de trabalho criados.

Figura 4. Políticas públicas dependerão dos desafios regionais específicos



Nota: As mensagens políticas fundamentais contidas nas caixas quadradas fazem parte de uma estratégia de abordagem mais articulada para cada tipo de região.

Uma tipologia regional baseada nas tendências do emprego e no risco de automatização constitui uma ferramenta de orientação política que pode ajudar a estabelecer prioridades de intervenção. (Figura 4).

As regiões da primeira categoria conseguem criar emprego em profissões menos sujeitas à automatização. Essas regiões parecem estar particularmente preparadas para o futuro do trabalho. As políticas de emprego

devem zelar pelos trabalhadores dispensados (devido à redução dos postos de trabalho com elevado risco de automatização), concentrando-se nos trabalhadores pouco qualificados e nos grupos desfavorecidos, uma vez que estes poderão ser os mais afetados.

Por outro lado, as regiões da quarta categoria parecem enfrentar um problema difícil de ajustamento estrutural. Neste caso, as políticas de emprego

destinadas a preparar os trabalhadores para o futuro do trabalho não terão sucesso se não forem acompanhadas por políticas de desenvolvimento regional, que promovam o empreendedorismo e reforcem o conteúdo de valor acrescentado das empresas existentes.

As regiões da segunda categoria estão a aumentar o emprego, mas a maioria dos postos de trabalho que criam apresenta um elevado risco de automatização. Neste caso, estão a adiar o problema, uma vez que os ganhos de emprego atuais poderão não ser duradouros. Essas regiões têm de se preparar agora para uma maior automatização no futuro. Qualquer estratégia de emprego tem de ser acompanhada por uma estratégia de desenvolvimento regional destinada a aumentar a procura de profissões com menor risco. Com efeito, a melhoria das qualificações

dos trabalhadores pode ser ineficaz se as empresas não estiverem preparadas para oferecer emprego em profissões com menor risco de automatização.

Por último, o desempenho das regiões da terceira categoria é geralmente insatisfatório, uma vez que estão a perder postos de trabalho. Todavia, estão a perder sobretudo postos de trabalho em profissões com elevado risco de automatização, o que indica que se encontram numa fase de transição para uma economia mais digital com empregos menos sujeitos ao risco de automatização. À semelhança da primeira categoria de regiões, as políticas de emprego devem concentrar-se na preparação dos trabalhadores para oportunidades de emprego em profissões com menor risco de automatização.

O trabalho atípico, incluindo a «gig economy» avança a ritmos diferentes em cada região, muitas vezes às custas da qualidade do emprego

O crescimento do trabalho atípico, definido como trabalho temporário, a tempo parcial e por conta própria, que abrange o que agora se designa por «gig economy», ou economia por encomenda, é sinónimo de mais oportunidades de emprego para muitas pessoas no mercado de trabalho, em virtude da maior flexibilidade que oferece. Pode contribuir para uma melhor adequação dos trabalhadores aos postos de trabalho, integrar os grupos mais marginalizados no mercado de trabalho ou oferecer novas oportunidades de equilíbrio entre a vida profissional e familiar.

Mas estas formas de trabalho também têm desvantagens no que diz respeito à qualidade do emprego, pois o acesso à proteção social e às prestações de saúde é muitas vezes reduzido. Além disso, não oferecem os mesmos incentivos ao investimento

na melhoria das qualificações de que beneficia um trabalhador típico. Os dados disponíveis mostram ainda que estas formas de trabalho podem simplesmente ser uma opção de último recurso e não uma preferência do trabalhador.

Embora o trabalho temporário e a tempo parcial tenha aumentado em todos os países da OCDE, existem diferenças acentuadas entre regiões do mesmo país. Em países como a França, Bélgica, Hungria, Itália, Espanha ou Grécia, a disparidade entre as regiões com a maior e a menor percentagem de trabalho atípico é superior a 10 pontos percentuais. Na região de Auvergne (França), por exemplo, a percentagem de trabalho atípico era de 34% do emprego total em 2016, ao passo que na região Ilha de França apenas 22% dos trabalhadores tinham um trabalho atípico. Também em Espanha existe uma



grande disparidade, com taxas de trabalho atípico de 46% na Andaluzia e de apenas 26% na região de Madrid,

em 2016.

O trabalho por conta própria é cada vez mais usado como oportunidade de emprego de último recurso

O trabalho por conta própria abrange uma ampla variedade de regimes de trabalho, que têm em comum a natureza independente do trabalho. Enquanto muitos trabalhadores por conta própria exploram as oportunidades do mercado como empresários, outros trabalham por conta própria porque não conseguiram encontrar um emprego por conta de outrem.

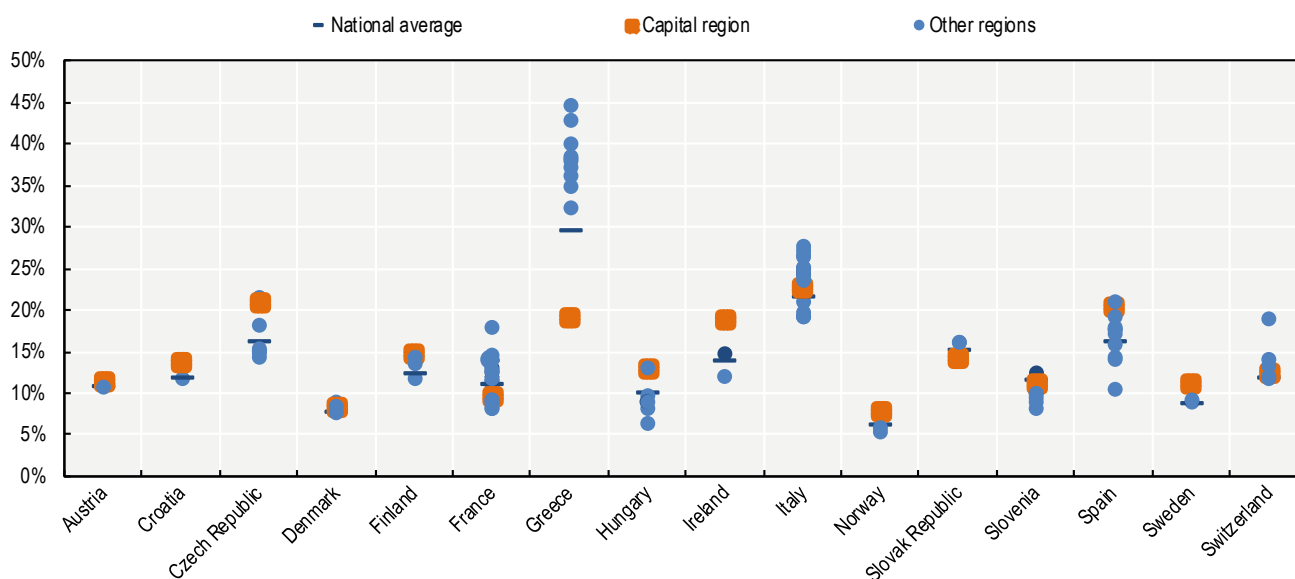
A percentagem de trabalhadores por conta própria ronda os 16%, um valor que se manteve relativamente estável ao longo da última década. Não obstante, a natureza do trabalho por conta própria sofreu muitas alterações nos países da OCDE. A percentagem de trabalhadores por conta própria sem empregados (trabalhador por conta própria como isolado) continua a crescer. Um fator que contribui para esta situação é o aumento do trabalho por conta própria exercido a tempo parcial, que se verificou em 25 de 31 países da OCDE na última década. Estudos internacionais sugerem que este crescimento do trabalho por conta própria a tempo parcial tem sido, em boa parte, involuntário.

Outra tendência importante do trabalho por conta própria observada nos últimos anos foi o surgimento da economia digital, que veio criar novos mercados, setores e profissões. Alguns trabalhadores por conta própria aproveitaram estas novas oportunidades para criar o seu próprio trabalho

com elevado valor acrescentado. Contudo, a economia das plataformas ou «gig economy» também contribuiu para uma maior precarização do trabalho por conta própria. A situação dos trabalhadores por conta própria em termos de rendimento e segurança no emprego tende a ser menos vantajosa do que a dos trabalhadores típicos. Além disso, o trabalho por conta própria como isolado constitui provavelmente uma opção de último recurso para alguns trabalhadores. Muitos deles entram na categoria de «falso» trabalho por conta própria, uma vez que têm um único cliente e desempenham tarefas semelhantes às de um trabalhador assalariado típico (ou seja, trabalho por conta de outrem), mas estão registados como trabalhadores por conta própria para que as empresas possam reduzir as suas obrigações fiscais.

A percentagem de trabalhadores por conta própria varia entre países e regiões. A variação entre regiões do mesmo país chega a atingir 25 pontos percentuais na Grécia e cerca de 10 pontos percentuais em Espanha e França. A diferença média nos restantes países é de 4 pontos percentuais entre as regiões com a maior e menor percentagem de trabalhadores por conta própria. O trabalho por conta própria está concentrado na região da capital em 9 de 16 países da UE para os quais existem dados disponíveis (Figura 5).

Figura 5. Diferenças regionais no trabalho por conta própria, % do emprego total, 2016



Fonte: Cálculos da OCDE baseados no Inquérito às Forças de Trabalho da UE.

A melhoria da qualidade do trabalho atípico ajudará as pessoas e regiões mais desfavorecidas

O aumento dos contratos atípicos exige um compromisso entre a criação de emprego e a qualidade do emprego. Os países respondem a este desafio através da melhoria do seu quadro regulamentar de modo a incluir estas novas formas de trabalho (p. ex., clarificando o estatuto profissional do «falso» trabalho por conta própria). Ainda assim, dadas as grandes diferenças regionais existentes na percentagem de trabalho atípico, é necessário que as abordagens nacionais sejam acompanhadas por medidas locais.

Para melhorar a qualidade do trabalho temporário e a tempo parcial:

- ◆ As políticas locais devem desenvolver as competências dos trabalhadores nas regiões com desempenho insatisfatório, onde a elevada percentagem de trabalho temporário resulta não tanto de uma escolha feita pelos trabalhadores mas, muito provavelmente, do seu baixo poder de negociação.

- ◆ As políticas de emprego devem atender, de um modo particular, às condições de trabalho dos trabalhadores temporários nas zonas rurais onde as alternativas de emprego são escassas.

Para melhorar a qualidade do trabalho por conta própria:

- ◆ As políticas devem apoiar a formação na área do empreendedorismo e da gestão empresarial, o acompanhamento e a orientação, bem como o aconselhamento empresarial, além de melhorar o acesso ao financiamento na fase de arranque e às redes de empreendedorismo.
- ◆ As iniciativas políticas devem ser concebidas e implementadas de forma integrada e de acordo com as necessidades específicas das comunidades locais, orientando o empreendedor desde a fase de arranque até às fases posteriores.

Não existe necessariamente um compromisso entre produtividade e inclusividade a nível local

Embora a inclusão seja um conceito pluridimensional, que depende de vários aspetos da vida das pessoas, desde o rendimento e o acesso à educação até à saúde e às relações sociais, o seu principal fator determinante é o emprego. Esta é a razão pela qual as políticas de crescimento inclusivo promovem a participação no mercado de trabalho.

É também nas regiões e comunidades locais com elevada produtividade que a taxa de participação no mercado de trabalho tende a ser maior. Por conseguinte, os objetivos políticos de dinamizar a produtividade e de melhorar a inclusão não parecem excluir-se mutuamente.

Observando as tendências recentes, cerca de 30% dos habitantes da OCDE vivem em regiões que aumentaram, com êxito, tanto a produtividade como a taxa de atividade da população em idade ativa ao longo do período 2006-16 (Figura 6).

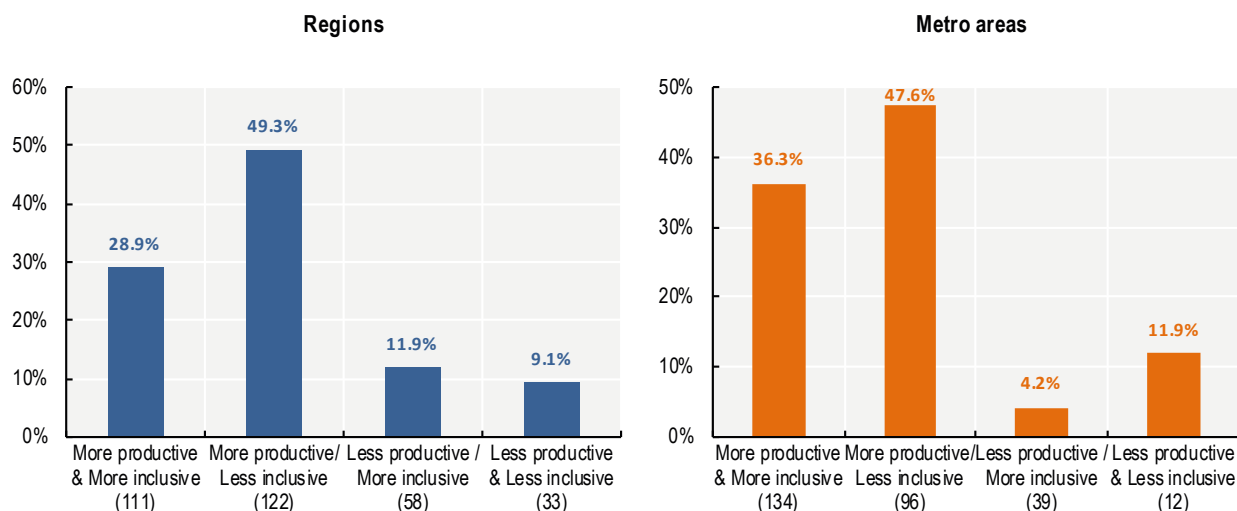
Em contrapartida, cerca de 50% dos habitantes da OCDE vivem em regiões que registaram um crescimento da produtividade mas uma redução da taxa de atividade. Neste grupo incluem-se a maioria dos estados norte-americanos e as províncias do Canadá, bem como muitas regiões de Espanha, Portugal, da Irlanda e dos Países Baixos. Considerando um conjunto mais amplo de

variáveis de emprego, qualificação e rendimento de modo a obter um indicador composto da inclusão, é possível observar tendências regionais semelhantes em termos de produtividade e inclusão.

As cidades são um caso especial, uma vez que tendem a ser altamente produtivas apesar de agruparem trabalhadores de ambos os extremos da escala de qualificações. Uma análise semelhante realizada entre áreas metropolitanas revela uma tendência análoga, em que algumas cidades conseguem aumentar a produtividade e a inclusão, enquanto outras não têm essa capacidade. De um modo geral, as cidades europeias têm sido mais eficazes do que as cidades americanas no reforço simultâneo da produtividade e da taxa de atividade da população em idade ativa. Cidades como Budapeste, Taline e Varsóvia tornaram-se mais inclusivas do que, por exemplo, Houston, São Francisco ou Querétaro (México).

Os dados evidenciam que as políticas de dinamização da produtividade são uma condição necessária para a inclusão, mas por si só não bastam. É fundamental adotar medidas complementares, incluindo ações locais específicas para promover a integração no mercado de trabalho e o acesso a empregos de qualidade nos casos em que os aumentos de produtividade levam a uma

Figura 6. Metade dos habitantes da OCDE vive em locais com produtividade crescente mas menos inclusivos



Nota: Os números entre parêntesis correspondem ao número de regiões pertencentes a cada uma das categorias. O gráfico A inclui dados para as regiões de todos os países da OCDE, exceto França, Japão, Lituânia, República Eslovaca, Suíça e Turquia. O gráfico B apresenta dados de 280 áreas metropolitanas de um total de 500 000 ou mais dos países da OCDE (exceto Islândia, Israel, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Nova Zelândia, República Eslovaca e Turquia).

Fonte: Cálculos baseados em OCDE (2018), OECD Regional Statistics (base de dados), <http://dx.doi.org/10.1787/region-data-en> & OECD (2018), «áreas metropolitanas», OECD Regional Statistics (base de dados), <http://dx.doi.org/10.1787/region-data-en>

A economia social e as empresas sociais ajudam os grupos mais desfavorecidos no mercado de trabalho

Os grupos desfavorecidos podem necessitar de programas específicos que os ajudem a preparar-se para o futuro do trabalho. Vários grupos da população, como os migrantes, as pessoas com deficiências específicas, os jovens, os trabalhadores idosos ou mesmo as populações indígenas, podem deparar-se com oportunidades diferentes ou dificuldades especiais à medida que o mundo do trabalho muda.

A nível nacional e local, podemos encontrar exemplos de medidas direccionadas para comunidades específicas, que nos revelam algumas estratégias. Uma delas consiste em prever programas de qualificação e formação de preparação para o emprego e outros serviços de apoio relacionados. Outra passa por envolver os grupos visados na conceção e execução dos programas. Também se revelou útil incluir estes esforços de integração no desenvolvimento de base comunitária, sobretudo nos casos em que existe uma grande proximidade geográfica entre as populações em questão.

A economia social pode promover a inclusão dos grupos desfavorecidos, quer como entidade empregadora ou prestadora de serviços a esses grupos, quer através de inovações sociais favoráveis à inclusão. Uma melhor mobilização da economia social constitui uma oportunidade promissora para dar resposta à inclusão no mercado de trabalho, sobretudo à luz das alterações associadas à automatização.

As organizações da economia social, quer na sua forma tradicional ou mais moderna, como é o caso das empresas sociais, partilham todas uma abordagem comum que coloca as pessoas no centro da sua missão (Caixa 1). Estima-se que as organizações da economia social sejam responsáveis por 6,3% dos postos de trabalho na UE28. Atuam sobretudo a nível local, o que lhes permite não só identificar como também responder às necessidades locais.

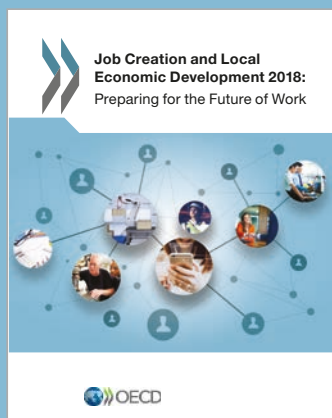
Caixa 1. O que se entende por «economia social» e «empresas sociais»?



Tradicionalmente, as organizações da economia social abrangem um conjunto de associações, cooperativas, organizações mutualistas e fundações cuja atividade é regida pelos valores da solidariedade, do primado das pessoas sobre o capital e da governação democrática e participativa. Entre as organizações da economia social, as mais recentes empresas sociais distinguem-se por uma abordagem empresarial mais marcada, já que a sua principal fonte de rendimento são as atividades comerciais e não tanto os subsídios e donativos. As empresas sociais podem ou não estar inseridas na economia social.

Acerca desta brochura

A presente brochura contém os destaques do relatório de 2018, intitulado *Job Creation and Local Economic Development* (Criação de Emprego e Desenvolvimento Económico Local).



Job Creation and Local Economic Development 2018

Table of contents

Executive Summary

Chapter 1. The local dimension of job creation

Chapter 2. The geography of non-standard work

Chapter 3. Fostering social inclusion in local labour markets

Country Profiles

A publicação completa está disponível em

OECD (2018), *Job Creation and Local Economic Development 2018: Preparing for the Future of Work*, OECD Publishing, Paris,
<https://doi.org/10.1787/9789264305342-en>.

www.oecd.org/cfe/leed

